

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

BOM CONGRESSO CAMARADAS



O Partido Socialista parte para o seu XIII Congresso coeso em torno de Ferro Rodrigues, único candidato à liderança do partido e a primeiro-ministro de Portugal em 2006. Duas moções globais e 15 sectoriais constituem alguns dos documentos que os 1218 congressistas têm à sua disposição para suscitar o debate. Mas este é um congresso para discutir tudo, de forma livre e sem reservas e em que todos são indispensáveis para o combate político contra os partidos de direita que agora governam Portugal. Com novos estatutos e uma declaração de princípios adaptada às exigências das sociedades actuais, os órgãos que saírem deste Congresso têm pela frente a grande responsabilidade de construir a alternativa que os portugueses querem, devolvendo-lhes a esperança de serem cidadãos de um país mais justo, próspero e democrático.

CASO PJ

FERRO CONDENA AGRESSÃO DA DIREITA A SAMPAIO

Depois de uma audiência em Belém, Ferro Rodrigues lamentou que o Presidente da República tenha sido agredido de forma inaceitável por representantes qualificados dos partidos da actual maioria” e manifestou a sua “solidariedade activa” para com Jorge Sampaio.

Na base desta reunião extraordinária esteve a polémica em torno da comissão de inquérito aos actos do Governo na PJ, que as bancadas do Governo decidiram unilateralmente encerrar.

► Página 4

SOCIALISTAS ACUSAM

MAIORIA DE DIREITA AFUNDA TERCEIRA TRAVESSIA DO TEJO

► Página 5

CARLOS LAGE EM ENTREVISTA AO “ACÇÃO SOCIALISTA”

UNIÃO EUROPEIA NÃO PODE DEIXAR A TURQUIA DE FORA

► Página 15

A SEMANA REVISTA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, continuou na semana passada a ronda de apresentações da sua moção de estratégia global ao Congresso nacional pelas Federações de Leiria, FRO (Federação da Região Oeste), Portalegre, Guarda e Beja.

O secretário-geral do PS promoveu um jantar de despedida com o Secretariado Nacional cessante e, o esclarecimento da verdade.

Os trabalhos da Comissão Parlamentar de inquérito aos actos do Governo na Polícia Judiciária concluiu os trabalhos sem apresentar qualquer relatório devido ao rolo compressor da maioria de direita que impediu a sua continuação.

Chamado a depor na Comissão Parlamentar de inquérito aos acidentes do metropolitano do Terreiro do Paço, Ferro Rodrigues esclareceu que as decisões tomadas na altura foram as melhores para o País e para o Metropolitano, porque se entrasse num processo litigioso com os empreiteiros, este poderia prolongar-se por anos com custos bem maiores para o erário público.

Ferro Rodrigues concedeu uma audiência ao grupo de empresários que vem defendendo a permanência em Portugal dos centros de decisão.

O eurodeputado socialista Mário Soares apresentou no Centro de Informação Jacques Delors, o livro "Diplomacia Europeia" da autoria do diplomata Francisco Seixas da Costa.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

O FIM DO MUNDO

ANTOONIO COLAÇO

"Não é o fim do Mundo" se o défice ficar acima de 3% em 2002.

Manuela Ferreira Leite
Diário Económico, 6 de Novembro de 2002

— AI MANELA, JÁ BARALHEI ISTO TUDO.

— DEIXA LÁ, JOSEFA, NÃO HÁ-DE SER O FIM DO MUNDO



EDITORIAL

NOVO CICLO PARA O PS

Os socialistas regressam no próximo fim-de-semana ao Coliseu dos Recreios de Lisboa para mais um Congresso Nacional do PS. Extraordinário por vontade do secretário-geral que o convocou com o objectivo claro de "tudo discutir".

Na actual fase da vida política portuguesa em que se assiste à degradação diária de um Governo que faz simetricamente o contrário do que prometeu durante a campanha eleitoral e em que a ética deixou de ser o valor máximo a preservar, como se constata pela manutenção em funções do ministro de Estado e da Defesa, é no PS que está depositada a esperança dos portugueses relativamente ao futuro. E é novamente para o PS que os eleitores tendem a virar-se, principalmente aqueles que desiludidos, de alguma forma, com a última fase da governação socialista não votaram nós nas legislativas do início deste ano, mas que depois do logro do governo de direita estão novamente disponíveis para darem outra vez ao PS o benefício da dúvida.

Por isso, a responsabilidade dos delegados ao XIII Congresso Nacional do PS é enorme. Desde logo do ponto de vista interno. Aos congressistas caberá aprovar a actualização dos textos programáticos no respeito, claro está, dos seus princípios fundamentais e da sua matriz ideológica, mas tendo em conta a complexa realidade do século XXI; por outro lado, irão também sancionar importantes alterações ao modelo de funcionamento e organização do partido de forma a permitir a sua abertura a novas formas de participação.

Num partido verdadeiramente livre como é o nosso, a discussão do próximo fim-de-semana revela-se, pois, essencial para um compromisso que una todos os socialistas em torno de Ferro Rodrigues e de um PS renovado, capaz de responder aos desafios do futuro com novas ideias e novas propostas para a resolução dos problemas do País. Por isso, o desenho de uma estratégia de longo prazo que tenha como finalidade devolver o PS à esfera do poder afigura-se como uma das questões centrais do debate da reunião magna socialista, na senda, aliás, do que foi anunciado pelo secretário-geral que pretende iniciar o processo de construção de um Programa de Governo a sufragar no Congresso de 2004, de modo a ser presente às legislativas de 2006. Para que um novo

ciclo na vida do Partido Socialista se inicie a partir do dia 18 de Novembro, como é desejo dos todos os socialistas, aos delegados cabe a tarefa de "Pensar Portugal" com o confesso objectivo de "Fazer bem pelo futuro", como apontam as duas moções orientação global que irão ser debatidas no XIII Congresso Nacional. Bom congresso camaradas.



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva

Num partido verdadeiramente livre como é o nosso, a discussão do próximo fim-de-semana revela-se, pois, essencial para um compromisso que una todos os socialistas em torno de Ferro Rodrigues e de um PS renovado, capaz de responder aos desafios do futuro com novas ideias e novas propostas para a resolução dos problemas do País.

www.ps.pt

XIII Congresso
 **PS**

**15, 16 e 17
 Novembro 2002**

Coliseu dos Recreios

**IDEIAS
 DE
 FUTURO**

**Partido
 Socialista**

ORDEM DE TRABALHOS

Sexta, 15 de Novembro

11:00 Início da credenciação de Delegados.

17:00 Sessão de Abertura do Congresso.

Ponto 1 – Apresentação, discussão e votação das propostas de alteração dos Estatutos.

Sábado, 16 de Novembro

10:00 Ponto 2- Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração da Declaração de Princípios.

15:00 Ponto 3- Apresentação, discussão e votação das Moções Globais.

21:30 Ponto 4 - Apresentação e discussão das Moções Sectoriais.

Domingo, 17 de Novembro

9:30 Ponto 5 – Eleição dos Órgãos Nacionais - Apresentação das listas candidatas aos órgãos nacionais.

10:00 Início das votações para os órgãos nacionais.

11:00 Votação das Moções Sectoriais.

12:00 Encerramento das votações para os órgãos nacionais.

13:30 Sessão de Encerramento do Congresso Nacional

CASO PJ

FERRO CONDENA AGRESSÃO DA DIREITA A SAMPAIO

Depois de uma audiência em Belém, Ferro Rodrigues lamentou que o Presidente da República tenha sido agredido de forma inaceitável por representantes qualificados dos partidos da actual maioria" e manifestou a sua "solidariedade activa" para com Jorge Sampaio.

O secretário-geral do PS referia-se às declarações do líder parlamentar do PSD, Guilherme Silva, que criticou recentemente a decisão do presidencial de chamar os líderes partidários a Belém, sugerindo que Sampaio estaria a intrometer-se em questões da Assembleia da República, e de Marques Mendes, que também ajuizou da actuação do chefe de Estado neste caso.

Na base desta reunião extraordinária esteve a polémica em torno do inquérito parlamentar à PJ, que as bancadas que apoiam o Governo decidiram unilateralmente encerrar.



Recorde-se que o incómodo presidencial sobre esta matéria foi manifestado logo na manhã de sábado, quando Sampaio denunciou, numa deslocação ao Comando Operacional da Força Aérea, que "as comissões de inquérito têm funcionado mal" e que esse é já um sentimento que extravasa para a opinião pública.

Lembre-se ainda que Ferro Rodrigues tinha considerado que "já era urgente" a decisão de Jorge Sampaio de chamar os líderes partidários para discutir a polémica comissão de inquérito às demissões da PJ.

As declarações foram proferidas pelo secretário-geral do PS, sábado, em Torres Vedras, durante a apresentação aos militantes socialistas do Oeste da sua moção ao congresso do próximo fim-de-semana.

Ferro solicitara a intervenção presidencial na passada sexta-feira, porque, no seu entendimento, Sampaio deveria "pressionar" o Parlamento de forma a ser reactivada a comissão de inquérito e proceder-se à acareação entre Adelino Salvado, Maria José Morgado e Pedro Cunha Lopes, como exigiam as bancadas da oposição.

Descrevendo a decisão presidencial como uma tentativa de salvaguarda da credibilidade da PJ, após as declarações contraditórias dos três inquiridos, Ferro Rodrigues manifestou-se favorável à possibilidade de se "resolver a crise na Assembleia", frisando igualmente que para

os socialistas, o objectivo central é compatibilizar "os direitos da comissão de inquérito com o prestígio da PJ".

Intervenção de Sampaio reclamada pela oposição

Entretanto, a oposição em bloco tinha também ponderado recorrer ao Presidente da República caso PSD e CDS-PP conservassem a recusa de realizar novas audições e uma acareação na comissão de inquérito aos actos do Governo na PJ.

Em conferência de Imprensa conjunta, os deputados do PS, PCP, BE e PEV, representados pelo dirigente socialista Alberto Martins, garantiram que a oposição estaria disposta a ir "até às últimas consequências".

"No primeiro momento, compete à própria Assembleia da República analisar o regular funcionamento da instituição parlamentar. Numa segunda fase, o regular funcionamento da Assembleia da República é apreciado por outros órgãos de soberania", disse, numa referência indirecta aos poderes do chefe de Estado.

Após ter anunciado a decisão da oposição de suspender a sua participação na comissão de inquérito, Alberto Martins dirigiu-se ao presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, dizendo que dependerá da sua

intervenção se a suspensão "se tornará ou não definitiva".

Segundo o parlamentar do PS, o PSD e o CDD-PP, "ao rejeitarem a realização de novas audições, assim como uma acareação entre o director da PJ (Adelino Salvado) e os seus ex-adjuntos (Maria José Morgado e Pedro da Cunha Lopes) está a amputar o objecto da comissão de inquérito e impossibilita os deputados de fiscalizarem os actos do Governo".

"Está em causa o prestígio da Assembleia da República, a capacidade do Parlamento fiscalizar o Governo e o respeito pelas mais elementares regras da democracia", acentuou Alberto Martins.

Interrogado pela Imprensa sobre a possibilidade de uma acareação com o director nacional da PJ acabar por humilhar publicamente Adelino Salvado, ferindo a própria Polícia, Alberto Martins respondeu que essa figura faz parte do Código de Processo Penal.

"Em comissões de inquérito parlamentares, a figura da acareação é um instrumento privilegiado para a fiscalização dos actos do Governo", tendo como "único limite" o envolvimento do Presidente da República, sustentou.

Os deputados da oposição explicaram a necessidade de uma acareação entre Salvado,

Morgado e Cunha Lopes por haver "contradições insanáveis nos seus depoimentos".

Torna-se "impossível identificar inequivocamente a verdade" das ocorrências e apurar a responsabilidade política do Governo, em particular da ministra da Justiça e da Direcção Nacional da Polícia Judiciária no caso das "demissões relâmpago" sem a possibilidade de superação das contradições insanáveis entre depoimentos das personalidades ouvidas, com particular relevância para os magistrados que chefiaram e chefiam a polícia criminal, declararam os deputados do PS, acrescentando que, neste contexto, a acareação dos três responsáveis chamados à comissão continua a ser um imperativo.

Perante a recusa dos deputados da maioria, que "desprestigia a Assembleia da República e inquina a própria Democracia", os deputados da bancada socialista repudiaram o comportamento, secundados pela restante oposição, e suspenderam a sua participação nos trabalhos da comissão de inquérito.

Apesar de todas as diligências subsequentes, a vontade da maioria sobrepôs-se e a Comissão de Inquérito aos actos do Governo nas demissões da PJ encerrou os trabalhos sem produzir qualquer relatório, deixando no ar as suspeitas que estiveram na sua origem.

OE-2003

MAIORIA DE DIREITA AFUNDA TERCEIRA TRAVESSIA DO TEJO

Na "calada da noite", longe dos olhares da Comunicação Social e dos portugueses, em particular do distrito de Setúbal, a maioria de direita no Parlamento eliminou "fatia a fatia" as verbas do PIDDAC inscritas no Orçamento de Estado destinadas aos estudos referentes à terceira travessia do Tejo, denunciou o Grupo Parlamentar do PS.

Em conferência de Imprensa realizada ontem no Parlamento, os deputados socialistas Joel Hasse Ferreira, Eduardo Cabrita, Alberto Antunes e Aires de Carvalho acusaram a maioria de direita de ter "afundado" na "noite negra" de segunda-feira o projecto da terceira travessia do Tejo, uma iniciativa que consideraram "estruturante para o desenvolvimento do distrito de Setúbal" e "vital para a aproximação dos níveis de desenvolvimento entre a margem sul e margem norte".

Embora devido a condicionamentos financeiros, os deputados do PS achem que este projecto pudesse ser "dilatado no tempo", não aceitam, no entanto, "o desaparecimento desta obra", que, sublinharam, atirará "a margem sul para os níveis de desenvolvimento do passado".

Na conferência de Imprensa, os deputados do PS reafirmaram que as duas travessias actualmente existentes "não resolvem os problemas de mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa", acrescentando que as verbas destinadas à terceira



travessia, cerca de um milhão de euros, foram "desviadas, fatia a fatia, para estradas que não vão ter condições para avançar".

Petição em marcha

Os deputados socialistas aproveitaram ainda para criticar a hipocrisia e os ziguezagues do

PSD sobre esta matéria, lembrando que quando o PS era Governo, os autarcas do PSD na Assembleia Municipal do Barreiro votaram uma moção recomendando a continuação dos estudos sobre a terceira travessia do Tejo, em que era exigido também que esta infraestrutura tivesse duas componentes: ferroviária e rodoviária.

Defensores intransigentes deste "projecto estruturante que granjeou nas últimas legislativas a votação maioritária dos eleitores do distrito de Setúbal", os parlamentares socialistas anunciaram que vão apresentar na próxima quarta-feira na Assembleia da República uma petição sobre esta questão.

J. C. CASTELO BRANCO

QUEM NÃO DEVE NÃO TEME

FERRO RODRIGUES ESCLARECE ACORDO SOBRE OBRAS NO METRO

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, esclareceu esta semana, na Comissão de Inquérito sobre as obras do Metro no Terreiro do Paço, todas as questões que os deputados lhe quiseram apresentar sobre as razões que o levaram a estabelecer um acordo com os responsáveis pela obra.

Apesar desta audição na comissão de inquérito ter sido deliberadamente escolhida pelos partidos da maioria para coincidir com a realização do Congresso do Partido Socialista, numa tentativa de beliscar o secretário-geral, foi o próprio Ferro Rodrigues a disponibilizar-se, logo que esta questão foi levantada, para esclarecer todas as dúvidas que houvesse. Cabe dizer, neste contexto, que este problema surgiu precisamente como forma de desviar as atenções do que então estava a acontecer na Comissão de Inquérito às demissões na Polícia Judiciária (entretanto anti-democraticamente extinta sem que chegasse a haver conclusões

finais, o que nunca aconteceu), aí sim, uma situação grave para a democracia, já que estavam em causa, segundo afirmou Maria José Morgado, pressões feitas pelos ministros de Estado e da Defesa, Paulo Portas e pela Ministra da Justiça, Celeste Cardona.

Como sublinhou o deputado António José Seguro no decurso dos trabalhos, "no princípio de quem não deve não teme, é o próprio PS que quer ver tudo esclarecido e que, ao contrário do que fez a maioria na Comissão de Inquérito às demissões da PJ, esta não será utilizada como um biombo para branquear a acção de nenhum ministro, como aconteceu com Paulo Portas".

Durante uma jornada em que foram ouvidos vários responsáveis da administração do Metro, as atenções estavam, obviamente, viradas para o secretário-geral do PS. Ferro Rodrigues afirmou que, naquela que era a questão central (a alteração do despacho que

responsabiliza os empreiteiros), que "com os dados que existiam na altura, o doutor Jorge Coelho fez muito bem. Com a evolução dos acontecimentos, eu fiz muito bem em tentado resolver um problema que toda a cidade sentia".

Ferro Rodrigues esclareceu também que "foi cumprido o aspecto básico do despacho de Jorge Coelho que responsabiliza o construtor pelos danos e interrompia as obras, e que implicou que o empreiteiro assumisse um pagamento de 3 milhões de contos pelos prejuízos causados".

Considerou ainda que "a melhor solução para o Metro e para o país era a que não fosse litigiosa, tanto porque o processo se poderia prolongar por anos, como porque os custos podiam ser bem maiores", designadamente porque se perderiam os financiamentos comunitários.

"E para mim - concluiu - o mais importante naquela altura não era atirar culpas a ninguém.

Era resolver o problema das pessoas".

Com efeito, a administração do Metro assumiu "algumas responsabilidades" no acidente nas obras do túnel do Terreiro do Paço, razão pela qual não foi seguido a via judicial contra o empreiteiro, disse o presidente da administração da empresa, Manuel Frasilho.

O administrador do Metro especificou que houve uma "subvalorização das condições patentes no concurso", nomeadamente o facto de não ter sido inicialmente detectada "uma língua de areia lúdosa e com grande permeabilidade". Leiria Pinto acrescentou ainda que a possibilidade do túnel já construído entrar em colapso, em virtude de uma inundação, "poderia criar uma situação muito grave na área do Terreiro do Paço, nomeadamente para as condutas de água, gás e electricidade que atravessam o subsolo daquela zona da cidade".

DETENÇÕES NAS FORÇAS DE SEGURANÇA

MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA CHAMADO AO PARLAMENTO



O PS quer ouvir explicações do ministro da Administração Interna relativamente às recentes detenções, suspeitas e investigações nas forças de segurança. Nesse sentido, o deputado socialista Vitalino Canas entregou na Assembleia da República (AR) um requerimento a solicitar a presença de Figueiredo Lopes.

No documento, Vitalino Canas refere que os acontecimentos recentes “suscitam interrogações nos cidadãos e são susceptíveis de lesar a imagem das forças de segurança, facto que poderá criar sentimentos de insegurança na população”.

Assim, considera que “compete ao Governo liderar o rápido restabelecimento da confiança, anunciando e aplicando medidas adequadas” e que compete ao Parlamento “acompanhar esse processo urgente”. Por isso, pede a presença de Figueiredo Lopes na AR para informar os deputados sobre a dimensão dos casos já conhecidos pelo Governo e o impacto que poderão ter na operacionalidade das forças policiais, de modo a que possam apreciar as medidas que o Governo tenciona tomar.

PS CONTESTA CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO CASO BENFICA

Os deputados do Partido Socialista estão contra as conclusões apresentadas no relatório final sobre o acordo entre o Benfica e o PSD.

Os socialistas vão contestar o relatório do caso Benfica e propor conclusões alternativas ao mesmo.

A argumentação dos parlamentares socialistas baseia-se em três pontos fundamentais. Segundo Fernando Serrasqueiro em relação “à célebre reunião entre Durão Barroso e Manuel Vilarinho”, o PSD e o CDS/PP recusaram a ida à comissão de Santana Lopes. É que, e, lembra o deputado do PS “depois de Vilarinho ter garantido aos deputados que o acordo entre socialistas e benfiquistas era apenas relativo ao estádio da Luz, o autarca de Lisboa já afirmou que antes das eleições não fez qualquer acordo nessa matéria”.

Para o deputado socialista, “se não se tratou do estádio, como afirma Santana, pode-se concluir que no encontro com Durão Barroso só se pode ter tratado das questões fiscais do clube”.

Por último, Fernando Serrasqueiro acrescenta que “não se pode ilibar a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite”, uma vez que ela se meteu no circuito, e nós não aceitamos que se diga que foi só para aceitar o critério de avaliação das acções”.

Por sua vez, Laurentino Dias retira das conclusões do relatório que “está posta em causa a tese de que no encontro entre Vilarinho e Durão se tratou da questão do estádio e não dos impostos do Benfica”. Recorde-se que o documento iliba a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, no caso da aceitação pelo Estado de acções do Benfica como garantia de dívidas fiscais, concluindo ainda que antes das eleições legislativas de Março não houve qualquer acordo entre o PSD e o Benfica.



PS QUESTIONA EXECUTIVO SOBRE SALDOS DAS UNIVERSIDADES

Porque “pende sobre as instituições de ensino superior um clima de suspeita que é injusto e penaliza fortemente uma discussão serena sobre o seu financiamento público”, o PS quer saber de que fala o ministro da Ciência e do Ensino Superior, quando afirma que existem nas universidades quantias avultadas do Orçamento do Estado que não são gastas e transitam de um ano para o outro.

Num requerimento entregue na Assembleia da República, o deputado socialista Augusto Santos Silva solicita a Pedro Lynce que revele qual “o volume dos saldos apurados nas universidades e nos politécnicos discriminado por instituições e por capítulo orçamental”.

Para o PS, o desconhecimento dos valores que estão em causa “impede um juízo fundado sobre a situação financeira” de cada instituição de ensino, bem como sobre a qualidade da sua gestão

Augusto Santos Silva sublinha ainda que “ter saldo”, no fim de um ano económico, é completamente diferente se ele decorrer “do processo de recolha de receitas próprias, se reportar a verbas para investimento, ou se significar “poupança” de verbas transferidas pelo Estado para o orçamento de funcionamento de cada instituição”.



AUMENTO DA TAXA DA RDP É ERRO POLÍTICO

O aumento da taxa de radiodifusão “é um erro político, porque a transferência de verbas da RDP para a RTP será certamente muito escassa face à dimensão do problema da televisão pública”, afirmou o deputado e ex-secretário de Estado da comunicação social, Alberto Arons de Carvalho. As declarações de Arons de Carvalho surgem após o ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, ter anunciado que pretende aumentar entre dez a quinze por cento a taxa de radiodifusão, cobrada na facturação mensal da electricidade.

Dizendo-se favorável à existência da taxa, Arons de Carvalho acrescentou que “no plano formal e legal” não se sente chocado com o aproveitamento de uma parte das receitas para a gestão da RTP. “Esse facto a mim não me choca, o que penso é que há outras formas de financiar a televisão pública e o Governo é que não fez o trabalho de casa”, disse.

O deputado acrescentou ainda que “o PS é favorável a um financiamento público, regular e consistente à RTP e que agora há condições para criar um consenso político em relação a essa matéria”.

“Quando o PS estava no Governo não havia consenso político em relação ao serviço público e é bom que a maioria PSD-CDS/PP perceba que tem neste momento todas as condições para procurá-lo”, sublinhou.

Antiga administração da RTP ilibada

Entretanto, o Ministério Público mandou arquivar o processo decorrente da auditoria do Tribunal de Contas à anterior gestão da RTP, considerando que não foram evidenciadas infracções que possam conduzir à responsabilização da anterior administração da estação.

Em causa estavam as contas relativas ao ano 2000, que foram objecto de várias recomendações por parte do Tribunal de Contas, tendo em vista o apuramento de responsabilidades por parte da administração da RTP- então liderada por João Carlos Silva - e da tutela - os ex-ministros socialistas da Cultura e das Finanças, Augusto Santos Silva e Guilherme de Oliveira Martins.

Cinco meses depois, Ministério Público decide arquivar o processo, salientando não terem sido “evidenciadas infracções de natureza financeira no relatório da auditoria supra citado que interesse nesta sede conhecer”. O que na prática, significa, que no entender do Ministério Público, não existe no âmbito da auditoria do TC matéria que possa dar origem a participações de índole criminal.



FERRO APRESENTA MOÇÃO

GOVERNO DESPREZA DESEMPREGADOS

Críticas à política laboral e económico-social do Governo têm marcado as intervenções de Ferro Rodrigues nas últimas sessões de apresentação da sua moção "Fazer bem pelo futuro", em que, nomeadamente, acusou o Executivo de desprezar a questão do desemprego, que continua a crescer.

Ferro Rodrigues acusou o Governo de desprezar a questão do desemprego, que tem vindo a aumentar nos últimos meses. "O discurso sobre o emprego deixou de existir no Governo português. Dá mesmo a sensação de que o Governo de Durão Barroso vê com algum alívio o aumento da taxa de desemprego, que isso criará melhores condições de competitividade ou de produtividade da economia. O que é um total absurdo", disse.

Falando durante uma sessão em Viseu, no âmbito da apresentação da sua moção ao Congresso que tem vindo a realizar em várias Federações do PS, Ferro Rodrigues lembrou que Portugal, em termos de "horário completo de trabalho", é o país da União Europeia que tem o maior número de pessoas em idade activa (entre os 18 e os 65 anos) a trabalhar, e criticou a direita de querer fazer passar a ideia errada de que "Portugal é um país de malandros, onde

se quer fugir ao trabalho". "Eles falam muito em competitividade e produtividade, mas o que estão a construir é um ambiente depressivo e recessivo para Portugal e para a economia portuguesa. Em nome do equilíbrio orçamental, as políticas económicas que estão a ser implementadas podem dar cabo da economia e da situação financeira do País", afirmou, sublinhando que a estabilidade financeira só se consegue alcançar com o crescimento económico, sob o risco de se cair numa recessão.

Ferro Rodrigues acusou ainda o Executivo de fazer "um jogo que não é totalmente correcto" e de "continuar a actuar como se fosse oposição ao Governo". É que, explicou o líder do PS, "eles vêm para a Assembleia da República dizer que querem um pacto em matéria orçamental, quando construíram todo um Orçamento sem terem nenhuma preocupação em ouvir mais as alternativas e posições do PS".

E agora, acrescentou, "depois de o PS ter apresentado propostas estudadas, concretas e sérias, sem quaisquer contactos institucionais com o PS, numa conferência de Imprensa, vieram dizer que vão votar contra tudo. Portanto, ficou à vista quem é que está de boa fé a trabalhar para a melhoria do País e quem quer fazer do Governo uma plataforma de confrontação com o anterior Governo".

Ferro Rodrigues salientou ainda que o Governo de direita está a pôr em xeque outras questões que deveriam ser consideradas prioridades

políticas, nomeadamente "a questão do investimento do futuro".

"Nós fizemos ao longo dos últimos anos políticas que deram prioridade aos factores que são alavancas de progresso em Portugal e em todo o mundo. Factores como a ciência, a cultura, a educação e qualificação dos portugueses", salientou.

Falando em Torres Vedras, onde foi apresentar a sua moção aos militantes socialistas do Oeste, Ferro Rodrigues considerou que o Presidente da República agiu bem ao chamar os líderes partidários para discutir a polémica da comissão de inquérito à PJ.

Ferro Rodrigues afirmou que a atitude do Presidente tem em vista salvaguardar o prestígio da Polícia Judiciária, depois das "discrepâncias" verificadas nas audições da comissão parlamentar.

Ferro Rodrigues afirmou que ainda é possível "resolver a crise dentro da Assembleia da República" e acusou a maioria de desrespeitar o presidente do Parlamento, Mota Amaral, e o Presidente da República.

O líder socialista acusou a maioria de querer que "tudo fique na mesma", afirmando que o PS não partilha da ideia de que "a conclusão da actividade da comissão de inquérito depende da vontade da maioria". "Para isso, não contam connosco", avisou.

Para o PS, a vontade principal é compatibilizar "os direitos da comissão de inquérito com o prestígio da PJ", frisou.

MANIFESTO DOS 40

FERRO REUNIU COM EMPRESÁRIOS

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, reuniu-se na segunda-feira com os empresários do "Grupo dos 40", que lhe foram apresentar o teor do manifesto, em que defendem a manutenção na esfera nacional dos principais sectores estratégicas da economia nacional.

No final do encontro, que decorreu na sede nacional do Largo do Rato, o líder do PS considerou "útil" a reunião com o grupo de empresários e sublinhou que também o PS "defende a manutenção dos centros de decisão económicos na esfera nacional".

"O futuro do país depende dos frutos que os empresários conseguirem recolher, mas também da existência de uma relação de confiança entre o Governo, os empresários e



os trabalhadores", realçou.

O secretário-geral do PS disse ainda que a revisão da legislação laboral não foi discutida na reunião com os empresários.

José Manuel de Mello, por sua vez, referiu que os empresários "tiveram uma boa receptividade do secretário-geral do PS", que terá compreendido as preocupações manifestadas por este grupo de agentes económicos.

Na audiência com Ferro Rodrigues, estiveram ainda em representação do "Grupo dos 40" o presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Francisco Vanzeller, o ex-secretário de Estado das Finanças António Nogueira Leite, o ex-ministro das Finanças Miguel Beleza, assim como Jardim Gonçalves, Vera Pinto e Jorge Armindo.

O I FÓRUM SOCIAL EUROPEU



VÍTOR RAMALHO

O "Fórum Social Europeu", que durante quatro dias animou debates na cidade de Florença, em Itália, terminou com uma gigantesca manifestação que reuniu, segundo a polícia mais de 400 mil manifestantes e segundo os organizadores mais de um milhão, no sábado, dia 9 de Novembro, teve um impacto que não deixará de se repetir no sentido da marcha do mundo que estamos a construir. Antes de mais, falando na manifestação em si – totalmente pacífica – foi simbolicamente marcada para o dia em que em 1989 se iniciou o desmantelamento do Muro de Berlim – 9 de Novembro. Por outro lado, tendo presente a realidade do mundo de hoje, que não é mais o "velho" mundo que ruíu, com o muro, então bipolarizado, há hoje uma situação que é uma

O que é facto é que a dimensão participativa que o Fórum Social Europeu teve nestes debates, com mais de 20 mil pessoas a interessarem-se por eles em diferentes painéis, em circunstância alguma poderá deixar que o PS o encare com indiferença ou sobre ele não tenha também uma posição clara, de acompanhamento e participação.

saldo qualitativo importante relativamente a outras iniciativas antecedentes, integradas no movimento e, nomeadamente, as que ocorreram em Seattle, Génova, Barcelona, ou mais recentemente em Porto Alegre no Brasil.

Participaram no debate mais de 400 organizações sociais e políticas, desde não governamentais a representantes de partidos políticos, com ideários marcados por posições de esquerda, em que se reflectiu também sobre a linha de rumo que os partidos de esquerda, nomeadamente os sociais-democratas e socialistas, adoptaram e adoptam nos governos, sem clara demarcação de concepções neoliberais, em que assenta esta globalização. Esta preocupação, que foi comum aos participantes, não pode também entre nós deixar de ser objecto de ponderação e análise aprofundadas, seja quanto ao ideário seja quanto à estrutura organizativa partidária, moldada para uma relação mais íntima com a sociedade em geral e com os eleitores em particular.

Na decorrência destas preocupações, o Fórum abriu pela primeira vez caminhos no sentido do debate entre os movimentos sociais e os próprios partidos políticos e seus representantes, incluindo singularmente representantes que se reclamam da própria democracia-cristã. Estes contributos, naturalmente não acabados, nem perfeitos, sofrem eles próprios a experimentação do que é novo, aprendendo a andar, andando. O que é facto é que a dimensão participativa que o Fórum Social Europeu teve nestes debates, com mais de 20 mil pessoas a interessarem-se por eles em diferentes painéis,

em circunstância alguma poderá deixar que o PS o encare com indiferença ou sobre ele não tenha também uma posição clara, de acompanhamento e participação. Como é sabido a queda da bipolaridade e esta globalização trouxeram para a ribalta a indispensabilidade de aprofundarmos a democracia participativa, de defendermos um desenvolvimento sustentável, de não cruzarmos os braços perante as enormes e terríveis desigualdades no mundo, que se agravam enquanto cresce o tráfico da droga e do armamento ilegal, fomentando as máfias, que se sustentam o próprio terrorismo, perante a inacção dos mais poderosos. Nos debates dos vários painéis todas estas questões estiverem presentes, com especial realce para a pobreza e as desigualdades no mundo, a questão da dívida dos países do terceiro mundo e em particular nos países de



evidência - a globalização. O movimento em que o Fórum Social Europeu se integra não é um movimento antiglobalização, mas é-o seguramente contra a essência do que tem sido e é esta globalização a que temos e estamos a assistir, neoliberal, com prevalência do económico sobre as grandes causas da humanidade. É por isso que no âmago deste movimento, que pela primeira vez procurou congrega vontades de um continente – o europeu – está a consciência de que é possível criar-se e contribuímos todos para a criação de um novo mundo, que tenha preocupações éticas. Neste sentido, o 1º Fórum Social Europeu representa um

África, bem como a conflitualidade e a guerra. E foi sobre a previsível intervenção militar no Iraque e numa lógica contra a guerra que a manifestação de 9 de Novembro teve lugar. Não porque se entenda que Sadam Hussein seja um modelo de virtudes. Longe disso. Sabe-se que ele é um terrível ditador, com quem o movimento não partilha nenhuma espécie de simpatia.

Nesta lógica da guerra o que está em causa é a natureza do mundo que está em construção, hegemonicamente exercido por uma só potência a comandar. Como é óbvio, como em tudo na vida, nada é totalmente perfeito. O Fórum Social Europeu, que teve lugar pela primeira vez, não foge à regra. O que é claro é que o que lhe está subjacente, visando uma globalização ética e um mundo melhor, corresponde hoje a um sentimento crescente dos povos.

Ái é que está o ponto. E porque é aí que está o ponto, o PS não pode nem deve dele dissociar-se - repete-se encontrando as vias adequadas para estar presente e fazer-se representar – repito. Temos um contributo a prestar, autónomo e este movimento, a que estamos agora a assistir, porque é algo que nos respeita. Porque tem a ver com causas, que são também causas pelas quais sempre nos batemos, neste mundo que é cada vez mais um só.

É por isso que no âmago deste movimento, que pela primeira vez procurou congrega vontades de um continente – o europeu – está a consciência de que é possível criar-se e contribuímos todos para a criação de um novo mundo, que tenha preocupações éticas.

PLENÁRIO SOBRE SEGURANÇA

O BOM LEGADO SOCIALISTA

Apostar na continuidade do policiamento de proximidade, purificar o direito penal, reservando-o para os crimes realmente graves, e diversificar as penas são as três direcções apontadas pelo ex-secretário de Estado da Administração Interna Rui Pereira no sentido de melhorar a segurança interna e agilizar a justiça em Portugal.

Rui Pereira considera que a actual concepção de pena - subdividida em prisão e multas - é redutora e não serve a realidade dos tempos modernos.

Num plenário sobre segurança, realizado no passado dia 7, na Secção do PS de Benfica e São Domingos, o ex-responsável pelos Serviços de Informação e Segurança (SIS) sublinhou a necessidade de "se reconhecer que a prisão continua a ser uma pena "ultrapassável" e que deve ser "aplicada apenas como sanção para crimes graves".
Perante uma plateia de militantes socialistas, este jurista de 46 anos, cujo passado foi pautado por "uma vivência de oposição ao antigo regime", recusa-se a aceitar que o "excesso de garantismo" do sistema de justiça português seja a chave do problema. Assim, segundo Rui Pereira, o "garantismo" é, em teoria, real, mas irreal na prática dos tribunais.

"De facto, o sistema permite que se use e abuse dos recursos em tribunal, mas o que acontece no terreno é que há um certo ritualismo e protelação dos processos", disse, apelando para a aceleração e desritualização dos mesmos.

Ao fazer um breve recuo aos seis anos de governação de António Guterres em que esteve na Secretaria de Estado da Administração Interna, Rui Pereira recordou os vários aspectos positivos da política socialista para a segurança nacional.

O PS procedeu à chamada "civilização da PSP", que passou de uma força militarizada para um civil, e criou a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAE), "instância encarregue de fiscalizar as forças de segurança na investigação criminal.

"Com a IGAE, durante os seis anos de Governo do Partido Socialista, os abusos de autoridade nas esquadras diminuíram de forma evidente", garantiu, para depois lembrar que foi a administração PS que "abandonou a moda das super-esquadras, apostando no policiamento de proximidade e na prevenção dos crimes".

Mudança de paradigma

Rui Pereira sublinhou ainda como "um bom legado" dos socialistas política de segurança do País a discriminação positiva ou protecção "mais atenta" de certas vítimas do crime mais fracas e



vulneráveis, como as crianças (Programa Escola Segura), os jovens e os idosos.

No que diz respeito ao SIS, o ex-governante reconheceu que o PS "rompeu com uma tradição passadista", destacando de seguida a ideia do "associativismo nas forças de segurança", cuja lei de criação dos sindicatos para a polícia só foi aprovada na Assembleia da República quando o PS detinha maioria parlamentar.

"Embora sistemático e muito sucinto, este balanço da actividade dos Governos do PS na pasta da Administração Interna e no que a segurança compete é muito positivo", reiterou

Rui Pereira que, de seguida, centrou o raciocínio nos pontos fracos do desempenho socialista.

"Parece que o Executivo de então não obteve da comunidade em geral o reconhecimento dos benefícios das suas práticas e decisões nesta matéria", observou, empenhando-se em reflectir publicamente sobre os porquês.

No entender do jurista, o PS "sempre teve uma certa dificuldade no exercício da autoridade democrática do Estado relativamente às instituições da sociedade portuguesa mais sedimentadas".

O Partido Socialista, pela sua "tibieza", conseguiu passar seis anos sem nomear pessoas da sua confiança ideológica para executar políticas de mudança", resumiu, referindo-se ainda a uma certa "instabilidade" no Ministério da Administração Interna.

"Durante os três anos e nove meses em que exerci funções no anterior Governo lidei com quatro ministros diferentes", lembrou, passando em revista os nomes de Alberto Costa, Jorge Coelho, Fernando Gomes e Severiano Teixeira.

Para Rui Pereira, "esta enorme instabilidade não se explica apenas por uma maioria relativa no Parlamento". Ela justifica-se também por uma "inegável hipersensibilidade" dos socialistas às notícias.

"Governava-se na perspectiva da receptividade das medidas e, por vezes, é preciso admiti-lo, governava-se para causar um certo impacto mediático", sustentou, explicando que a estes "erros" se juntaram algumas outras "dificuldades".

"Houve ocasiões em que não se pôde evitar errar", lembrou, exemplificando com as limitações orçamentais no sector.

Depois de retomar as virtudes e defeitos do modelo militarizado e civilizado das forças de segurança, Rui Pereira aponta para a necessidade do equilíbrio e finaliza a sua intervenção com a certeza de que: "Apesar de todos os problemas, a actuação socialista no dossier da segurança interna foi melhor do que a do PSD".



REABILITAÇÃO DO PARQUE MAYER

PS DEFENDE RECURSO AO POLIS

Integrar o Parque Mayer no programa de reabilitação urbana "Polis" com uma verba de 500 mil euros é a ideia central da nova proposta socialista de alteração ao Orçamento de Estado para 2003 entregue na passada segunda-feira no Parlamento.

De acordo com o líder do PS/Lisboa, Miguel Coelho, "a solução do casino está longe de ser a única para tornar possível a requalificação do espaço do Parque Mayer".

Em contrapartida, o deputado socialista defendeu que o financiamento dos trabalhos de reabilitação do Parque Mayer "sejam assegurados pelo Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central".

Destaque-se que, no próximo dia 27, a Comissão Política Concelhia do PS vai promover um debate subordinado ao tema "Do Parque Mayer até ao Terreiro do Paço", em que também estará em análise a possível saída dos ministérios da Praça do Comércio.

Entretanto, recorde-se, Jorge Sampaio decidiu não promulgar o decreto governamental que permitiria instalar um casino no Parque Mayer por forma a alargar a Zona de Jogo do Estoril a Lisboa.

O veto presidencial ao diploma deveu-se à

ausência de uma "discussão mais abrangente" neste caso.

"Sem pôr em causa a legitimidade do Governo para tomar uma decisão deste tipo, seria desejável que ela fosse precedida de um debate mais abrangente", escreve o chefe de Estado na sua comunicação, lembrando estar igualmente "por fazer um necessário debate prévio na autarquia de Lisboa".

Neste contexto, lembra que, "para além de outras iniciativas de participação local em desenvolvimento, a Assembleia Municipal (AM) aprovou, por unanimidade, uma moção em que solicitava à Câmara todos os elementos relacionados com a recuperação do Parque Mayer e se dispunha a fazer a correspondente discussão".

Mais recentemente, diz a comunicação presidencial, a AM "aprovou uma recomendação mais específica" ao executivo camarário, recomendação essa "que vai no mesmo sentido".

Por outro lado, considera Sampaio, a promulgação do decreto "nos termos em que o Governo o aprovou, teria como efeitos imediatos a constituição de direitos ou expectativas legítimas na esfera jurídica da concessionária e de que esta, legitimamente, não abdicaria



sem as correspondentes contrapartidas". Para o Presidente da República, isto "significaria, à partida, grave condicionamento ou limitação da liberdade de decisão dos órgãos

autárquicos com competência para decidir sobre os posteriores desenvolvimentos" da autorização de se instalar um casino no Parque Mayer.

VISEU

CONCELHIAS PRECONIZAM REFERENDO PARA CRIAÇÃO DAS COMUNIDADES URBANAS

As concelhias socialistas de Viseu, Tondela, Mangualde e S. Pedro do Sul defenderam que a criação de uma comunidade urbana centrada naqueles quatro municípios pode acentuar as assimetrias existentes entre os mais e menos desenvolvidos do distrito.

No final de uma reunião entre os responsáveis das quatro concelhias, Paulo Albernaz, do PS/Tondela, afirmou que a criação das comunidades urbanas não deve presidir "uma lógica minimalista e reducionista", mas "uma lógica integradora de todo o distrito".

Segundo os socialistas, os concelhos de Viseu, Tondela, Mangualde e S. Pedro do Sul são aqueles que apresentam "os melhores índices per capita do distrito", o que significa que com a eventual comunidade urbana se poderá estar a "sublinhar o desenvolvimento dos que são mais ricos e a criar condições para que aqueles que são mais carenciados assim continuem".

"É por essa razão que entendemos que os concelhos não têm que ser quatro, cinco ou seis", frisou Paulo Albernaz.

No entanto, para os socialistas, o



desenvolvimento "não se faz por núcleos duros", mas sim com base na vontade das populações, que deveriam ser auscultadas sobre o assunto, eventualmente através de um referendo local ou regional.

Sem querer fazer uma tese sobre o número ideal de municípios que deve integrar a comunidade urbana, Paulo Albernaz considera que "não deve haver balizas", até porque a legislação cria limites mínimos e não máximos, ou seja, de nove municípios e 350 mil habitantes para as áreas metropolitanas e de três municípios e 150 mil habitantes para as comunidades urbanas.

Os socialistas gostariam também de ver esclarecido o papel das Comissões de Coordenação Regionais e em que situação fica a delegação de competências para as autarquias com a criação das comunidades urbanas.

No próximo mês, deverá realizar-se um encontro de todas as concelhias do PS do distrito de Viseu, em Mangualde, de onde sairá uma posição sobre o assunto que será levada ao Governo através do grupo parlamentar.

SOCIALISTAS E GOVERNO ACORDAM NOMES PARA O TC

O Partido Socialista e o Governo chegaram a acordo quanto aos novos juizes do Tribunal Constitucional. A lista inclui os nomes de Gil Galvão e Mário Torres, indicados pelo PS, enquanto Benjamim Rodrigues e Pamplona de Oliveira foram propostos pelo Executivo. Em relação a estes nomes é de referir que são todos juizes conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Administrativo.

O líder parlamentar socialista, António Costa, e o ministro dos Assuntos Parlamentares, Marques Mendes, vão apresentar os nomes dos juizes na próxima reunião da conferência de líderes, propondo que a votação se faça a 21 de Novembro.

VILA DO CONDE

JORGE COELHO NÃO QUER PORTUGUESES DE PRIMEIRA E DE SEGUNDA

Jorge Coelho acusou o primeiro-ministro de conduzir uma política em que “há portugueses de primeira e de segunda”. E exemplificou com o tratamento dado pelo actual Governo às duas regiões autónomas. “Alberto João Jardim berra, exige, reivindica e o primeiro-ministro não tem força nem autoridade para lhe fazer frente e, por isso, vai transferir milhões para a Região Autónoma da Madeira quando nos Açores ainda não está concluído o plano de recuperação de duas ilhas após o último sismo”, disse.

Jorge Coelho, que falava numa sessão organizada pela JS de Braga, traçou um cenário negro na economia, educação, política da juventude e legislação laboral, tendo apelado à sociedade civil para “levantar a voz, sem medo”, apesar de a “limpeza étnica” que o PSD está a fazer nos cargos públicos. “Eles vão limpar toda a gente sem olhar à competência. Éramos uns anjinhos quando comparados com esta gente”, salientou.

Noutro plano, Jorge Coelho considerou que o PS cometera um “erro profundo” se fizesse uma aliança com o PCP e com o Bloco de Esquerda para derrotar a maioria de direita. “Sei que há



camaradas dentro do PS que pensam exactamente o contrário, mas essa estratégia errada de somar votações das três forças afastaria o PS do poder durante muitos anos”, alertou.

Para Jorge Coelho, “o PS tem de ser o grande motor da esquerda moderna e europeia e de se assumir como alternativa. É isso que os eleitores esperam do PS e não que sejam feitas coligações com um partido, como o PCP, que está desinserido dos grandes desafios da modernidade”.

No encontro com os jovens socialistas de Braga, o camarada Jorge Coelho revelou ainda que fará uma intervenção no Congresso que será crítica para com alguns ex-ministros socialistas. “Há pessoas que vêm hoje dizer que a responsabilidade do que se passou foi toda do António Guterres, mas, durante anos, nos Conselhos de Ministros, nunca as ouvi dizer uma palavra. Foram cometidos erros, é certo, e vou ao Congresso dizer que também tive responsabilidades. Mas mantenho a coluna vertebral direita e as mesmas solidariedades”, disse.

EM DEFESA DO PODER LOCAL

APOLINÁRIO DESAFIA DEPUTADOS DO PSD A VOTAREM CONTRA O ORÇAMENTO

José Apolinário, desafiou os parlamentares do PDS/Algarve a chumbarem a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003 (OE-2003) que restringe o endividamento das autarquias.

“Os quatro deputados do PSD eleitos pelo Algarve devem juntar a sua voz ao coro de protestos do Poder Local e votar contra a proposta de lei do Governo que pretende impor restrições às autarquias para o financiamento à habitação social”, disse o presidente dos socialistas algarvios, em conferência de Imprensa. Apolinário lembrou que a proposta de Lei do OE-2003, no seu artigo 18º, define como única excepção ao aumento do endividamento líquido dos Municípios os novos empréstimos destinados exclusivamente ao Campeonato Europeu de Futebol a realizar-se em 2004. “A proposta de lei só permite o endividamento das autarquias no que toca a novos empréstimos no âmbito do Euro-2004, deixando de ser excepções a habitação social, as obras co-financiadas por fundos comunitários e o pré-escolar”, lamentou deputado do PS eleito pelo círculo algarvio.

José Apolinário recordou, a propósito, que o próprio presidente da Associação de Municípios do Algarve (AMAL), Macário Correia (do PSD), já manifestou o seu desacordo com a referida proposta de lei “altamente lesiva das autarquias”.

“Numa maioria parlamentar composta por 119 deputados, os votos dos quatro deputados do PSD eleitos pelo Algarve serão decisivos para derrotar a proposta do Governo”, disse o líder do PS/Algarve, que apelou aos parlamentares laranja para votarem em consenso com o Poder Local do Algarve.



BRAGA

SÓCRATES CONTRA HIPOCRISIA DE “LÍDERES DE MEIA-TIGELA” DA DIREITA

José Sócrates criticou “a hipocrisia dos líderes de meia-tigela da direita, que bardavam históricos” - como era o caso de Paulo Portas -, exigindo que Guterres abandonasse o poder para, posteriormente, o acusarem de ter fugido.

“Considero de mau gosto e de baixo nível que o primeiro-ministro passe o tempo a dizer isso. É deplorável”, disse, acrescentando que essa é a “apreciação mais injusta e mais reveladora de caceteirismo”, porque indicia que “não compreenderam a atitude de desprendimento” do poder demonstrada por Guterres.

Sócrates, que falava num debate promovido pela Concelhia de Braga, teceu rasgados elogios a Guterres, lembrando que foi sob a sua liderança que o partido obteve melhores resultados eleitorais e permaneceu mais tempo no poder.

Também Ferro Rodrigues foi alvo de elogios por parte do ex-ministro do Ambiente, que realçou o facto de nas últimas legislativas o PS ter tido “a felicidade de ganhar um líder”, dado que o actual secretário-geral “também foi escolhido pelo povo”, pois obteve 38 por cento dos votos, um “score” que normalmente é o suficiente para governar.

No que respeita à revisão da declaração de princípios, Sócrates defendeu que o PS deve enquadrar-se na “esquerda moderada”, liderando um bloco alternativo com um programa de centro-esquerda. Na sua intervenção, o dirigente nacional do PS não poupou críticas à política económico-social do Governo, que acusou de em apenas sete meses ter colocado o País “à beira de uma recessão”.



CONFERÊNCIA DA UGT

SAMPAIO LEMBRA DIREITOS DOS TRABALHADORES

O Presidente da República pediu no Porto “realismo e sentido das proporções” na elaboração da nova legislação de trabalho, considerando “inevitáveis” as contradições existentes no universo social do trabalho e do emprego. Estas declarações foram proferidas por Jorge Sampaio na abertura da conferência internacional promovida pela UGT sobre “Competitividade com Trabalho Digno e Qualificado”.

“Creio firmemente que, se o País não for capaz de conciliar interesses e coordenar políticas que se orientem estrategicamente no sentido de mais e melhor qualificação para todos, estaremos condenados a ver agravadas as nossas debilidades económicas estruturais e aumentadas vulnerabilidades sociais que afectam grande parte da população”, afirmou. No entanto, para o Chefe de Estado, “não é fatal que ela tenha que ter como contrapartida uma flexibilização incondicional dos vínculos contratuais e a fragilização, não menos incondicional, de outras garantias associadas ao emprego”.

“Para garantir o ajustamento dos trabalhadores às mutações dos processos de trabalho, não é forçoso que se generalize a precarização dos vínculos que balizam a condição assalariada”, defendeu.

Nesse sentido, Sampaio considerou que deve ser afastada a ideia de que “as lógicas da globalização, por serem transnacionais e terem uma componente ideológica importante, impõem em todos os pontos do espaço social soluções uniformes para os problemas colocados pelo triângulo flexibilidade produtiva/polivalência funcional/segurança de emprego”.

Para o Presidente da República, é “muito provável” que a evolução tecnológica obrigue a mudanças nos processos de trabalho e que a polivalência funcional “tenha de se alargar a novos e mais exigentes domínios”, mas isso não implica uma diminuição dos direitos dos trabalhadores.

Numa altura em que decorre o processo de revisão das leis laborais, Sampaio considerou “absurdo por em causa a adequação das leis quando, antes, pouco se fez para garantir a sua efectiva aplicação”.

Segundo Jorge Sampaio, a nova situação implica “novas responsabilidades”, destacando a “responsabilidade social de conceber e por em prática sistemas de educação e formação profissional que permitam às empresas e outras organizações económicas obterem acréscimos



sustentados de produtividade”.

“As despesas com educação e formação têm que deixar de ser encaradas a nível social e empresarial como custo. É chegada a altura de as encarmos como investimento”, defendeu o Chefe de Estado.

Proença defende continuação do debate na concertação social

Na sua intervenção, o secretário-geral da União Geral de Trabalhadores (UGT), João Proença, defendeu que o anteprojecto de Código de Trabalho deve continuar a ser debatido na concertação social.

“O reduzido período dado para a discussão de uma matéria desta complexidade, a ausência de elementos fundamentais nunca fornecidos e a metodologia inadequada utilizada não permitiram uma autêntica concertação, traduzindo-se numa mera auscultação”, afirmou.

Por outro lado, o dirigente sindical defendeu que a discussão desta matéria no Parlamento “deverá abrir um espaço de debate e de procura de maiores consensos”, acrescentando esperar que isso “não seja impedido pela maioria parlamentar”.

João Proença considerou que o projecto de revisão das leis laborais “é insatisfatório e muito pior” que a legislação em vigor. “É verdade que houve melhorias face a um anteprojecto inicial completamente inaceitável por desequilibrado, desregulador e de aumento do arbítrio patronal, mas continua longe de satisfazer e é muito pior que a legislação em vigor”, afirmou.

Para o secretário-geral da UGT, “são momentos de dificuldade que podem gerar condições para grandes mudanças”, salientando ser necessária confiança para assumir metas credíveis, “capazes de mobilizar trabalhadores, empregadores e sociedade em geral”.

Uma das principais metas a atingir é o aumento da produtividade, que, para o líder da UGT, passa pela melhoria da capacidade empresarial e técnica das empresas, pela aposta na educação e na qualificação dos trabalhadores, pela inovação e desenvolvimento tecnológico e pela melhoria da administração pública.

“Precisamos de um modelo de competitividade diferente, baseado na qualidade dos recursos humanos, apostando na sua grande capacidade de adaptação à mudança, nas suas qualificações profissionais e em condições de trabalho dignas”, defendeu.

Relativamente à alteração da lei laboral, João Proença considerou que ela terá influência na produtividade, mas frisou que essa influência pode ser boa ou má.

“Será positiva se favorecer uma adaptabilidade maior dos horários de trabalho conciliando os interesses das empresas com os dos trabalhadores, mas será negativa se aumentar a precaridade, hoje completamente insustentável e inaceitável”, salientou.

Para Proença, “não é o reforço do arbítrio patronal ou a ameaça permanente de perda do posto de trabalho que aumenta a produtividade” reafirmando ainda que “a revisão da legislação laboral deve ter como prioridades o respeito pela lei, o reforço da negociação colectiva e da contratualização das relações sociais e o reforço da adaptabilidade negociada das condições de trabalho”.

No final da sua intervenção, João Proença preconizou que “não há democracia sem movimento sindical livre” reafirmando que a UGT continua a defender “um sindicalismo aberto ao diálogo e à negociação, nunca desejando o conflito pelo conflito, mas sabendo que, para ultrapassar a natural divergência de interesses, muitas vezes há que assumir a luta”.

ANTÓNIO PASSOS LEITE

ALTERNATIVA SOCIALISTA PARA PORTUGAL

Ferro Rodrigues e o PS têm pela frente uma batalha difícil a travar numa arena desigual, com adversários que não agem de boa fé nem zelam pelos interesses do País, defraudando despidoradamente a vontade dos portugueses. Realista e crítico, António Passos Leite acredita na militância como forma de intervenção e, sem falsas ilusões, aconselha os socialistas a prepararem um projecto político alternativo para Portugal.

“Há pouco tempo atrás, só tinha encontrado razões para não assinar uma ficha de filiação num partido”, mas António Passos Leite afirma-se ideologicamente comprometido com o socialismo democrático desde “o despertar da consciência política aos 16 anos”.

Volvidos 13 anos, o jovem jurista conta ao “Acção Socialista” que este distanciamento relativamente à participação activa na vida político-partidária do País mudou em 1999, altura em que encetou uma aproximação “mais real” ao Partido Socialista que culminou com um vínculo de militância, oficializado exactamente um mês depois da derrota eleitoral nas legislativas de Março.

Assumidamente céptico e desconfiado face às acções e actividades das “jotas” em geral, por achar que “elas acabam por reproduzir aquilo que os partidos têm de pior, não conseguindo acrescentar nada de bom”, o novel militante diz que as dúvidas e o distanciamento não o inibiram de participar em algumas iniciativas do partido, como os Estados Gerais para uma Nova Maioria, em 1994.

Apesar de ter tido, enquanto não-militante, oportunidades efectivas de participação e intervenção na esfera partidária nacional, o António reconhece que “chega o momento de assumir que é muito fácil criticar de fora”, o que, considera, “é incompreensível e injusto”. Assim, “decidi arregaçar as mangas e tentar provar que é possível contribuir para a mudança do que está mal no partido”.

António Passos Leite revê-se, no essencial, na proposta de alteração dos estatutos socialistas, entendendo que estes, por razões meramente práticas, são mais importantes do que as questões sobre a declaração de princípios.

Passar à acção foi, pois, uma opção encarada como necessidade pessoal. A militância foi o meio de evidenciar essa vontade de fazer, segundo confidencia o jovem camarada para quem os apelos à adesão não podem ser mais fortes ou decisivos do que a consciencialização da urgência de participar.

“Aguardo com alguma expectativa o resultado



do Congresso e o que se lhe vai seguir, sobretudo no que diz respeito ao processo de alteração estatutária”, comenta, acrescentando que a revisão dos estatutos

PERFIL

Nome
António Melo Gomes Passos Leite

Idade
29 anos

Profissão
Jurista

Hobbies
Viajar, ler, ouvir música, comer, ir ao cinema, namorar

Militância
Inscrição no PS a 17 de Abril de 2002

Referências Socialistas
Mendès-France
(ex-primeiro-ministro francês)

constitui um sinal de como o PS e os seus militantes assumem ou não a necessidade da mudança.

Nestes sentido, o militante defende a renovação dos quadros e rejeita, nos partidos políticos, as formas de perpetuação do poder, garantindo que não peca por excesso de ingenuidade.

“Não tenho ilusões quanto a uma eventual capacidade absolutamente extraordinária de uma nova geração corporizar uma política muito diferente, melhor e mais virtuosa do que a praticada pelos fundadores”, frisa, considerando que “é essencial que sejam pessoas diferentes a protagonizarem, em cada momento, aquilo que são as propostas que os partidos políticos apresentam aos cidadãos”.

“Desejável” é também, segundo o António, que a renovação implicasse uma melhor correspondência entre os conteúdos das políticas e as necessidades das populações, exemplificando com as questões ligadas ao emprego, habitação, ambiente, ordenamento do território e à integração europeia.

António Passos Leite tempera o “voluntarismo” com que encara todo este processo de metamorfose política com uma “boa dose de realismo”, embora manifeste a convicção de que é precisa alguma disponibilidade para acreditar e confiar que a mudança, não por si própria, mas pelo seu conteúdo, é possível. Sem embarcar em utopias, o jovem jurista, reitera que a “política não deve extravasar os

limites do alcançável”, porque a política do impossível já deu ao mundo alguns exemplos de soluções que redundaram na amputação da liberdade colectiva e individual ou em experiências que se saldaram por uma incapacidade de organizar a produção.

Em jeito de balanço à actuação do actual Executivo de direita, o António começa por notar que o “Programa de Governo é quase a antítese do programa eleitoral do PSD” e, sem esquecer a conjuntura de coligação, o militante fala de “fraude à vontade popular”.

“A muleta do défice não pode justificar uma mentira”, denuncia, descrevendo como “inaceitável a pretensão de inverter as regras essenciais da democracia, executando um projecto que não foi o sufragado”.

Depois de criticar severamente as cedências do PSD ao CDS-PP em “sectores sociais fundamentais”, o António acredita que a estratégia de manutenção do poder passará por fazer passar as medidas mais impopulares no arranque da legislatura para, de seguida, angariar votos com “alguns mimos” em vésperas de eleição.

Do PS, o jurista não espera milagres, antevendo “tempos difíceis de oposição”, que não devem justificar um descuido na fiscalização do Governo, mas que devem perspectivar a preparação de “uma verdadeira alternativa política para Portugal”.

MARY RODRIGUES

SEIXAS DA COSTA AFIRMA

CONVENÇÃO SOBRE O FUTURO DA EUROPA É MAIS IMPORTANTE DO QUE ALGUNS PENSAM

“A Convenção sobre o futuro da Europa é muito mais importante do que alguns pensam”, afirmou o ex-secretário de Estados dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, no lançamento do livro “Diplomacia Europeia”, que juntou Jorge Sampaio, Mário Soares, António Guterres, Sousa Franco e muitas outras personalidades de vários quadrantes da vida política.

Numa intervenção em que agradeceu explicitamente a António Guterres a oportunidade que lhe deu “de ajudar a definir e levar à prática a política dos seus Governos para a Europa”, o diplomata falou sobre alguns dos temas que fazem a actualidade europeia, com particular destaque para a Convenção, que decorre sob a presidência do truculento Giscard d’Estaing que Seixas da Costa, aliás, não se coíbiu de contradizer a propósito da Turquia, considerando fundamental não se cair na tentação de criar novos muros que impeçam a sua adesão.

Sobra a Convenção, fórum onde estão a ser discutidos os futuros alicerces institucionais da União numa Europa alargada, considerou que ela é muito mais importante do que alguns pensam, o que pode ser lido como uma crítica à atitude de desvalorização que tem vindo a ser



assumida por responsáveis do PSD, designadamente por Durão Barroso e também por Ernâni Lopes, que é o representante do Governo nos trabalhos que decorrem até meados do próximo ano.

“A Convenção não é um mero exercício de estilo. Temos de estar atentos, activos e com posições muito claras. Temos de defender intransigentemente a Comissão Europeia e o seu direito exclusivo de iniciativa. A deriva

intergovernamental é a garantia segura de que o directório vai tomar conta da Europa”, afirmou.

Para Seixas da Costa, é importante que Portugal “se mostre” na Convenção e defenda os elementos de natureza puramente comunitária. “A Comissão é essencial para defender interesses de países como o nosso”, considerou o diplomata, agora em função na OSCE, em Viena, depois de forma totalmente inusitada ter sido afastado pelo Governo das suas funções de embaixador na ONU.

Ao dirigir-lhe a palavra, Mário Soares usou a ironia para sugerir que Seixas da Costa se dedicasse mais à escrita, já que “está agora num posto menos trabalhosos do que aquele que ocupava há algum tempo”.

A Mário Soares coube também fazer a introdução do livro que recolhe os textos que Seixas da Costa escreveu entre 1997 e 2002 e onde relata a sua experiência em negociações que foram cruciais para o futuro da União Europeia, como o Tratado de Amesterdão, o Tratado de Nice ou a “Agenda 2000”. “Um homem extremamente competente na sua profissão, um dos diplomatas mais bem preparados e prestigiados das Necessidades”, afirma Mário Soares na introdução.

MANUEL DOS SANTOS

MINISTRA DAS FINANÇAS PRESTOU MAU SERVIÇO A PORTUGAL

“Manuela Ferreira Leite prestou um mau serviço a Portugal ao revelar, em Julho último, um défice de 4,1 por cento, sobretudo quando o valor proposto pelo Banco de Portugal era de 3,6 por cento, tendo em conta as regras contabilísticas da altura”, acusou o eurodeputado Manuel dos Santos na Comissão Monetária do PE ao apresentar um documento de trabalho sobre o Estado das Finanças Públicas na UEM em 2001. Manuel dos Santos considerou que a ministra das Finanças utilizou a questão do défice excessivo “como uma manobra de política interna” e, por outro lado, rejeitou as críticas de alguns membros da Comissão Monetária que reclamavam a aplicação imediata de sanções a Portugal pelo incumprimento do Pacto de Estabilidade este ano.

“A economia portuguesa representa apenas 1,1 por cento da Zona Euro, pelo que o impacto do défice excessivo português nunca poderá ser comparável ao da Alemanha ou da França”, sublinhou o deputado.

“O que importa - justificou - é entender o Pacto de forma flexível e buscar o equilíbrio orçamental no valor médio dos défices dos países que compõem a Zona Euro”.



GESTÃO ORÇAMENTAL DA COMISSÃO NAS MÃOS DE PAULO CASACA

A análise da gestão orçamental da Comissão Europeia em 2001, a quitação do orçamento comunitário, é o objecto do relatório que será elaborado pelo eurodeputado Paulo Casaca, membro da comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu.

No âmbito de um processo que se desenrolará ao longo de cinco meses, o eurodeputado vai agora iniciar uma série de consultas com o Tribunal de Contas Europeu com vista à preparação de um questionário sobre a execução do orçamento.

Paulo Casaca advertiu que tem como principal preocupação averiguar a boa gestão dos dinheiros públicos”, já que têm sido levantadas dúvidas quanto ao nível da coerência e fiabilidade das regras de funcionamento do sistema contabilístico da Comissão.

A integração da Turquia na União Europeia não é um facto pacífico. Ainda recentemente o presidente da Convenção para o Futuro da Europa, Giscard d'Estaing, afirmou publicamente o seu desacordo com essa possibilidade, o que originou um coro de indignação. A verdade é que a Turquia está a bater à porta da União Europeia já há 40 anos sem grandes resultados, para além de alguns acordos de cooperação. Sabe-se também que, quando se fala da Turquia, existe uma posição negativa que corre nos corredores das instituições europeias e outra, pública e favorável, mas condicionada ao cumprimento de um conjunto vasto exigências e critérios. Agora, existe a expectativa do Conselho Europeu de Dezembro dar mais alguns passos para a aproximação da Turquia à União, depois de já lhe ter sido concedido, em 2000, o estatuto de candidato à adesão.

O presidente da delegação portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos Lage, é favorável à adesão da Turquia, e revela em entrevista ao Acção Socialista os motivos da sua posição: "A União Europeia é uma entidade política de carácter inclusivo e, por isso, não pode excluir a Turquia por razões de natureza religiosa ou outras", afirma.

A vitória do AKP nas recentes eleições legislativas deixam a Turquia mais longe da União Europeia?

Ainda é prematuro fazer uma análise sobre as orientações que o AKP irá assumir. Para já, há que saudar a maturidade da democracia turca que permitiu a alternância política, que faz parte integrante dos valores democráticos que partilhamos na União Europeia.

Se a vitória foi para um partido islamista, o que naturalmente levanta algumas inquietações, a verdade é que a sociedade turca é laica e o contexto institucional não é favorável a extremismos. O vencedor das últimas eleições, Recep Erdogan, disse que a prioridade é a integração na União Europeia e o respeito pelos



compromissos internacionais, o que pode ajudar a sociedade e civilização turca a adaptarem-se às novas exigências decorrentes das suas próprias expectativas.

Como poderá reagir a Turquia se a União Europeia continuar a protelar o anúncio da data para o início das negociações e que consequências poderão daí advir para as relações com a União Europeia?

Neste momento a União Europeia está confrontada com uma questão de grande complexidade, porque tem de dar uma resposta à Turquia. Não pode continuar a dar respostas evasivas e a fazer manobras de tipo dilatatório. Há 40 anos que a Turquia tem uma relação de proximidade e de cooperação, designadamente a nível económico, com a União. Se a União não avançar no processo de integração da Turquia as correntes fundamentalistas e os movimentos de carácter anti-europeu poderão reanimar-se. A União deve agora abrir as

CARLOS LAGE EM ENTREVISTA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

UNIÃO EUROPEIA NÃO PODE DEIXAR A TURQUIA DE FORA

negociações e só no seu decurso se poderá saber se todos os critérios exigidos são cumpridos. A União Europeia é uma entidade política de carácter inclusivo e, por isso, não pode excluir a Turquia por razões de natureza religiosa. A Turquia é muito importante para a Europa devido à particularidade da sua posição geográfica estratégica face ao Médio Oriente. É, por isso, um elemento essencial de ligação com os países da Ásia Central, devido às relações privilegiadas que tem com eles. A Europa não pode ignorar o extraordinário desafio que lhe lança a Turquia, que se sente muito naturalmente atraída pela União Europeia e aquilo que ela representa em termos de desenvolvimento, paz e democracia.

A adesão à União Europeia da Turquia, que tem uma matriz cultural e religiosa diferente da europeia, que tem uma dimensão geográfica enorme e uma população próxima da alemã, e apresenta uma natureza pré-democrática, não poderiam provocar um estado persistente de perturbação política?

A possível integração da Turquia na União Europeia passa pela obediência a critérios, os quais, em boa parte, está próxima de cumprir. A democracia turca funcionou, o respeito pelas minorias já consta da Constituição. No processo

de negociação isso se verá. A grande riqueza do projecto europeu está na sua capacidade para acomodar países e culturas diferentes. E é isso que ficará mais patente com a adesão da Turquia. As questões religiosas vêm sempre ao cima, mas a União faz parte de uma civilização aberta e tolerante, que consegue promover o diálogo entre culturas e religiões.

Entre os países que têm pressionado a União Europeia para a entrada da Turquia estão os aliados Grã-Bretanha e Estados Unidos. Não acha que há nesta pressão alguma falta de legitimidade, que se está a forçar uma situação para satisfazer uma pretensão americana?

O facto dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha estarem a pressionar para a adesão da Turquia não deve ser argumento para impedir a sua entrada, porque a Grã-Bretanha é membro da União e os Estados Unidos um aliado. Pode levantar algumas perplexidades, mas a Europa pode até fortalecer-se do ponto de vista militar. Esta questão tem de ser vista pela positiva e em função de propostas sérias. Hoje é a própria Grécia que está preocupada com a exclusão da Turquia, o que demonstra bem que os argumentos casuísticos ou pontuais são pouco relevantes.

P.P.



GUTERRES COM MADELEINE ALBRIGHT

INTERNACIONAL SOCIALISTA PREPARA DOCUMENTO SOBRE GLOBALIZAÇÃO

O presidente da Internacional Socialista, António Guterres, tem previsto um encontro em Janeiro com Madeleine Albright, ex-secretária de Estado da Administração Clinton e actual presidente do National Democratic Institut. O objectivo é preparar um documento sobre os problemas da globalização, as relações Norte-Sul e a reforma das instituições nascidas em Bretton Woods (Banco Mundial e FMI).

No mesmo contexto, o responsável pelas relações internacionais do PS, José Lamego, em representação de António Guterres, teve esta semana, em Varsóvia, um encontro com o presidente do Partido Socialista Europeu, Robin Cook, para que haja uma coordenação dos trabalhos entre as duas instituições, também com vista à preparação daquele documento.

O encontro da delegação da Internacional Socialista com o Partido Socialista Europeu, em que também participa Maria João Rodrigues, realizou-se esta semana em Varsóvia, onde decorreram reuniões para discutir diversas questões relacionadas com o alargamento da União Europeia aos países de Leste e em que participaram os deputados da delegação portuguesa do Parlamento Europeu.

A delegação da Internacional Socialista teve ainda alguns encontros bilaterais com o primeiro-ministro da Roménia e com representantes do partido turco CHP.

ONDE ESTÃO OS PODRES?



MARK KIRKBY

Manuel Alegre, numa entrevista concedida recentemente ao “Público”, faz uma reflexão sobre “o apodrecimento da vida política portuguesa” que não pode deixar de nos interpelar acerca dos desafios, difíceis em diversos aspectos, que se colocam ao PS na defesa da qualidade e dos próprios fundamentos da nossa democracia.

O Governo da coligação de direita tem dado sinais preocupantes de que tem da democracia uma visão extremamente formal e, em consequência, perigosamente redutora. Para o PP e para este novo PSD que chegou ao poder, a democracia parece esgotar-se na possibilidade de os eleitores irem às urnas de quatro em quatro anos para legitimarem o governo. Como se, a partir daí, o Governo fosse empossado no direito quase absoluto de exercer o poder à margem de qualquer crítica legítima e de qualquer contraditório político, e a oposição e os movimentos sociais tivessem o dever de assistir impávidos à actuação governamental, mesmo que essa actuação se revele, nalguns casos, de enorme gravidade social e económica, pondo em causa justos direitos e interesses de segmentos da população mais fragilizados.

Aliás, a natureza mitigada do conceito de democracia perfilhado pelo Governo de direita fica bem patente quando se considera o seu conceito, igualmente falacioso, de “estabilidade política”. Para o PSD e para o PP, a estabilidade política não é algo que, como é natural, decorra do consenso ou aceitação social que o Governo conseguir gerar em torno das suas propostas políticas, ou da verticalidade ética com que os seus membros se apresentam perante as restantes instituições democráticas, ou perante os seus concidadãos.

Pelo contrário, para a direita, a estabilidade política é algo que, paradoxalmente, não depende tanto das atitudes do Governo, que por sinal é sustentado por uma maioria parlamentar absoluta, mas sim uma variável cujo ónus de promoção recai exclusivamente sobre a oposição. Como se existisse um suposto dever de, em situações difíceis para o país, a oposição se demitir da sua função de representação política dos respectivos eleitores, ficando obrigada a não incomodar o Governo, mesmo quando considere que as opções governamentais são manifestamente erradas.

O PS, nunca perfilhou este conceito meramente formal de democracia, que não tem tradição nas democracias ocidentais e que não tem sustentação no quadro constitucional português. Prova disso é a

Um primeiro sinal de profundo desrespeito pela democracia evidenciado pelo Governo da direita foi dado quando, logo a seguir às eleições, adoptou de forma ostensiva um conjunto de medidas que consubstanciaram exactamente o contrário daquilo a que se havia comprometido para com os eleitores no período da campanha eleitoral.

importância que os Governos da Nova Maioria sempre emprestaram a um diálogo social empenhado e franco, vendo na concertação com os parceiros sociais não um sinal de fraqueza, mas um instrumento vital para a eficácia e para a justiça das decisões.

Para o PS a democracia não é um fogacho quadrienal, mas um valor em si mesmo, que se aprofunda – ou limita – no trabalho político quotidiano e que se reforça através da transparência da actuação dos titulares de cargos públicos e pela actuação livre e, por vezes até, intransigente dos órgãos ou instituições a quem está reservada a missão de acompanhar, fiscalizar e limitar o exercício do poder pelo Governo, por muita legitimidade eleitoral que possa ter esse Governo.

Ora, a verdade é que esta visão substantiva da democracia está a ser alvo de um ataque cerrado por parte da actual maioria, em termos tais que devem convocar a indignação e a oposição determinada do PS, sob pena de convivência com a degradação dos próprios alicerces do nosso sistema democrático, com os consequentes custos que daí decorreriam para a confiança dos cidadãos no sistema político e para as próprias garantias de defesa e representação dos mesmos face aos poderes instituídos. Um primeiro sinal de profundo desrespeito pela democracia evidenciado pelo Governo da direita foi dado quando, logo a seguir às eleições, adoptou de forma ostensiva um conjunto de medidas que consubstanciaram exactamente o contrário daquilo a que se havia comprometido para com os eleitores no período da campanha eleitoral. Este facto, só por si, contribuiu fortemente para adensar o descrédito que os eleitores nutrem pelos políticos e pela política e apenas ao Governo cabe a responsabilidade pela reserva mental que esteve por detrás das promessas feitas aos portugueses que nunca teve intenção de cumprir.

E, a partir daqui, multiplicaram-se os sinais de arrogância e autismo de um Governo que parece considerar-se acima de qualquer dever de transparência, de responsabilidade política e de respeito pelos direitos da oposição e dos representantes dos movimentos sociais: a fuga à responsabilidade política por parte de Paulo Portas no caso Moderna, que trocou o esclarecimento perante a Assembleia da República de factos essenciais para aquilatar da sua idoneidade para desempenhar o cargo de ministro da Defesa, pela demagogia populista veiculada através de encenações televisivas e manifestações comicistas; o bloqueio ostensivo, por parte dos deputados da maioria, aos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito constituída para averiguar suspeitas de interferência do Governo na actividade de combate ao crime económico e financeiro pela polícia judiciária. Suspeitas que, recorde-se, tendo sido geradas pela demissão em condições insólitas e pelas declarações de magistrados judiciais e do ministério público, têm um impacto gravíssimo sobre a confiança dos cidadãos relativamente ao Estado de Direito, lançando uma sombra escura sobre a respeitabilidade dos dirigentes públicos e do próprio Governo. Aqui o escândalo chegou ao ponto de a maioria extinguir unilateralmente a comissão de inquérito parlamentar constituída para o apuramento da verdade, obrigando o próprio presidente da Assembleia da República, que é do PSD, a vir a terreiro para pôr fim ao despudor e para repor a legalidade, reactivando a comissão; o desprezo pela concertação social, bem patente na aprovação de novas regras de cálculo das pensões da função pública sem consulta prévia aos parceiros; a sistemática recusa em debater no parlamento as propostas da oposição, como sucedeu no crédito bonificado, já para não falar no facto de nenhuma destas propostas merecer a mínima abertura por parte da maioria no sentido da sua aprovação; a tentativa de adoptar medidas que têm elevados custos sociais à margem do parlamento, como sucede com o Código do Trabalho, que o Governo ainda tentou que fosse aprovado em Conselho de Ministros e não na Assembleia da República.

Perante o que parece ser uma estratégia premeditada de desvalorização das esferas de legitimidade representativa que numa democracia evoluída concorrem, nos devidos termos, com a legitimidade do próprio governo, o PS tem que reagir. E, nesta matéria, tem toda a pertinência a afirmação de Manuel Alegre de que a “qualidade da democracia” é um valor demasiado importante para que o PS se retraia na sua intransigência à luz de considerações de oportunidade política, ou com receio de que os eleitores fiquem desagradados com a instabilidade ou com a crispação que uma atitude firme de defesa dos mecanismos democráticos possa gerar. É nestas situações difíceis, em que se correm riscos de que a mensagem não passe, que é preciso coragem política, ou seja, é nestas circunstâncias que faz sentido podermos afirmar que não actuamos para as sondagens, nem para os “números” de política espectáculo. Temos, isso sim, que defender intransigentemente uma visão radical da democracia e de estar preparados para assumir a responsabilidade pelas consequências políticas desse radicalismo nesta matéria.

Quando se pactua com as sistemáticas declarações descabeladas de alguns responsáveis políticos a quem tudo é permitido, incluindo o insulto aos seus pares, em papel timbrado do Estado, quem tem legitimidade para erguer a voz e apontar o dedo ao despropósito de outros bem menos contumazes?

EXCESSOS VERBAIS

Os excessos de linguagem não são de hoje. Mesmo no discurso político, não é necessário recuar muito no tempo para encontrarmos destemperança verbal. Basta recordar as tiradas grandiloquentes do presidente do Governo Regional da Madeira, proferidas em Chão de Lagoa ou na própria Assembleia Regional, para concluirmos que a novidade não reside nos abusos de linguagem, mas em quem os comete e na situação.

Dito isto, não retiro razão a quem critica e se preocupa com a degradação da linguagem. Sobre tudo porque ela é consequência de outra degenerescência mais profunda e, portanto, mais difícil de ultrapassar. É esta relação de causa e efeito que nos deve preocupar. É o que está por detrás dos excessos verbais que devemos analisar e corrigir. É aí que reside o *busilis* da questão.

Quando se pactua com as sistemáticas declarações descabeladas de alguns responsáveis políticos a quem tudo é permitido, incluindo o insulto aos seus pares, em papel timbrado do Estado, quem tem legitimidade para erguer a voz e apontar o dedo ao despropósito de outros bem menos contumazes?

Quando, na principal escola do mundo contemporâneo (a televisão), “a violência, o facciosismo, a ambição de poder, a crueldade e o exibicionismo não têm limites”, nas palavras de Torga, e deixamos que as nossas crianças e jovens se deformem com doses maciças de programas medíocres, como estranhar os maus resultados de tão insidiosa influência?

Quando se descrê da justiça, dos governantes, dos partidos, das universidades e dos *media*, que armas ainda restam para combater os desmandos e moralizar as práticas? Em 10 de Novembro de 1993, já lá vão 11 anos, Miguel Torga (Vol. XVI do *Diário*) denunciava este tipo de situações e a indigência do que se via e ouvia na querida televisão: “Todas as noites acordado até desoras, à espera da última cena de pancadaria num jogo de futebol, do último insulto num debate parlamentar, do último discurso demagógico num comício eleitoral, da última pirueta dum cabotino entrevistado, da última farsa no palco internacional”.

Infelizmente, quer nos canais públicos (os tais que devem prestar serviço público) quer nos privados, a situação tem-se degradado de dia para dia. Baixa a qualidade na programação na proporção em que sobe a violência, o facilismo, o *voyeurismo* e afins. Não há uma moral das palavras. A vida das palavras reflecte a vida social. São os tabus

sociais que estão na origem dos tabus linguísticos. A “linguagem proibida” resulta das sanções sociais, ditadas pelas conveniências e pelo desprestígio que certos termos adquirem, em função dos falantes que os adoptam e da época em que se usam.

O gosto da obscenidade não é exclusivo dos incultos e indigentes. Em certos momentos históricos, a agora chamada “linguagem de carroceiro” (o que quer que isso signifique!) era “cultivada” pela fina aristocracia. Conta Saint-Simon, *Mémoires*, que, no início do século XVIII, o duque de Orleães oferecia regularmente finas ceias nas quais a grossa linguagem (licenciosa e obscena) era mais disputada que as requintadas iguarias.

O problema não está tanto na expressão (ainda que socialmente censurável) mas no que tais abusos significam. Nada disto pode, pois, ser dissociado da crise de valores, da promoção da mediocridade, da prática laxista do «deixa-andar» e da ideia instalada de que se pode fazer e dizer tudo desde que os fins o recomendem.

Como estranhar, se todos os dias nos incutem que «nenhuma situação é má, desde que consigamos sair dela»? Deve ser isto o que pensam o primeiro-ministro e o ministro Paulo Portas.



EDITE ESTRELA

A maioria de direita, no Governo e na Assembleia da República, comporta-se como se fosse a detentora do berlinde abafador. Tudo que não tenha origem no Governo, no PSD ou no PP deve ser abafado, se possível eliminado.

OS ABAFADORES

Do imaginário de infância, consta o jogo do berlinde em que a diversão era apenas tolhida pela ameaça do berlinde abafador que garantia a um dos participantes a conquista dos berlindes dos outros intervenientes. Muitos dos episódios recentes da vida política, mais não são do que uma tentativa para reintroduzir na sociedade portuguesa a lógica do berlinde abafador.

Se as comissões de inquérito são adversas ou evidenciam realidades complicadas para a actual maioria, abafe-se a comissão.

Se os projectos dos partidos da oposição são incómodos, como a reposição do crédito bonificado no acesso à habitação, abafem-se os projectos, impedindo a sua discussão. Se a legislação impede o Governo de desenvolver alguma das suas trapalhadas, abafe-se a lei, promovendo a sua alteração como pretende o Governo em matéria de reorientação da taxa de serviço público de rádio-RDP que pagamos com a conta da electricidade.

Se os sindicatos contestam a política laboral do Governo PSD/PP, abafem-se os direitos dos sindicatos e dos trabalhadores, reconduzindo-os a papéis marginais na definição das medidas governativas.

Se o PS vai organizar o seu XIII Congresso Nacional, procure-se abafar a sua mensagem política através da realização de uma conversa em família, com a presença das duas faces da coligação.

A maioria de direita, no Governo e na Assembleia da República, comporta-se como se fosse a detentora do berlinde abafador. Tudo que não tenha origem no Governo, no PSD ou no PP deve ser abafado, se possível eliminado. A forma arrogante e prepotente como a actual maioria se comporta apenas é esbatida por tentativas desbragadas para transmitir aos portugueses uma mensagem de tolerância e abertura, como aconteceu com o pacote laboral. Por vezes, parece haver uma maioria boa (a que está presente na

Comissão de Inquérito ao Metropolitano de Lisboa) e uma maioria má a que impediu o esclarecimento das teses divergentes na Comissão de Inquérito ao Governo sobre a Polícia Judiciária. Parece, mas não há, a maioria é só uma.

Neste contexto, o XIII Congresso Nacional do PS será um momento de resistência, de luta contra a ambição da direita de prosseguir uma linha de retrocesso dos direitos sociais dos portugueses; de fragilização das relações laborais e de afirmação de políticas que, sob a capa de rigor, mais não são do que iniciativas de fachada, inconsequentes. A reunião magna dos socialistas portugueses será um momento de reflexão sobre ideias para o futuro, um futuro em que teremos de enfrentar a ânsia da direita em abafar as nossas ideias, propostas e protagonistas. Por tudo isto, façamos do XIII Congresso Nacional, um momento de afirmação das nossas ideias para o futuro do partido e do país, em que a sombra dos abafadores não se faça sentir. Nem fora, nem dentro.



ANTÓNIO GALAMBA

IV ENCONTRO DA ANMP

AUTARCAS REVOLTADOS COM PROPOSTA DO GOVERNO

Os autarcas, de todos os quadrantes políticos, revoltados com mais um atentado do Governo contra o poder local, decidiram pedir a inconstitucionalidade do artigo da proposta de Orçamento de Estado para 2003 que impede o endividamento das autarquias e processar o Estado "por violação de compromissos assumidos".

Mais de dois mil autarcas, reunidos em Santarém, pediram a revisão do artigo 18º, considerado "injusto, discriminatório e absolutamente inadequado", a criação de novos financiamentos destinados à habitação social e a obras co-financiadas pela União Europeia e o acesso a novos empréstimos de forma proporcional entre os municípios e o Governo.

A decisão consta da declaração final aprovada por unanimidade e aclamação no encontro convocado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) para analisar as consequências do Orçamento de Estado para 2003.



Os autarcas insurgiram-se contra o agravamento das restrições já impostas em Maio pelo orçamento rectificativo, rejeitando que o Euro2004 seja um desígnio nacional mais importante que a construção de habitações para quem mais precisa ou para o bom aproveitamento dos fundos comunitários.

Mesquita Machado critica OE

Em declarações ao "Acção Socialista", Mesquita Machado, vice-presidente da ANMP e presidente da ANA-PS, referiu que a declaração final de Santarém "reflete fundamentalmente o sentimento de grande descontentamento dos autarcas deste País ao Orçamento de Estado que está para ser aprovado".

"Estamos perante um Orçamento de Estado que não é bom nem para os autarcas nem para o País", disse, acrescentando que "o Governo deve assumir as suas responsabilidades com as consequências respectivas".

É que, explicou, "em clima de recessão económica, o Orçamento de Estado devia consagrar um aumento do investimento público e, ao contrário, o que se assiste é a um aumento das despesas correntes em cinco por cento".

J. C. C. B.

AÇORES

PARLAMENTO DISCUTE ORÇAMENTO REGIONAL

O Parlamento açoriano já iniciou o debate das propostas de Orçamento e Plano para 2003 e de reprogramação do Plano de Médio Prazo, diplomas que configuram reduções da despesa global e dos gastos de investimentos da administração regional.

As propostas do Executivo liderado por Carlos César têm aprovação assegurada graças à maioria parlamentar socialista na Assembleia Regional.

O Governo Regional prevê gastar no próximo ano um total de 740 milhões de euros, menos 0,8% do que o orçamentado para 2002, destinando 210 milhões a investimentos. Segundo o gabinete do Presidente do Executivo Regional a redução da despesa global do orçamento e dos montantes destinados ao plano justificam-se pela redução das receitas esperadas e pelo impedimento, decidido por Lisboa, de recurso ao endividamento.

Executivo combate política de baixos salários

O Governo açoriano admitiu esta semana a publicação de portarias de extensão de Convenções Colectivas de Trabalho (CCT), para combater a prática de salários mais baixos nas ilhas, por empresas de implantação nacional.

Um comunicado governamental sublinha que nos Açores, há empresas nacionais a pagar "remunerações profundamente díspares" face às aplicadas no Continente e Madeira, "sem que alguma razão fundamentada o justifique".

Além de indicar a instrução da Inspeção Regional de Trabalho para adoptar as medidas necessárias à correcção do problema, o documento identifica as situações nas áreas das cantinas, refeitórios, fábricas de refeições e sector da limpeza.

Acrescentando ainda, que as diligências perspectivadas - que pretendem, igualmente, combater "procedimentos remuneratórios irregulares e de não inserção nos mecanismos da segurança social e obrigações fiscais" - decorrerão "sem prejuízo do carácter preferencial da auto-regulação".

ÉVORA

MUNICÍPIO AVANÇA COM REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS

O Executivo socialista da Câmara Municipal de Évora (CME) anunciou o arranque das obras de reabilitação de edifícios degradados do centro histórico da cidade, num investimento de 158 mil euros.

As obras, que marcam o avanço em Évora do chamado Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA), visam segundo o município, a melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam em moradias em mau estado de conservação.

Este regime de apoio abrange, segundo o município, obras de conservação e beneficiação de imóveis cujas rendas sejam anteriores a 1980 e os proprietários não disponham de meios financeiros para melhorar as condições de habitabilidade e deste modo a evitar a progressiva degradação dos prédios.

Através deste regime é concedido um apoio a fundo perdido de 60 por cento do custo das obras, cabendo os restantes 40 por cento a investimento particular, eventualmente com recurso a financiamento, sob a forma de empréstimo, junto do Instituto Nacional de Habitação.

Contudo, e atendendo a que muitas das famílias do centro histórico são compostas por pessoas idosas com baixos rendimentos, o programa REHABITA prevê a atribuição de um subsídio de renda às famílias mais carenciadas.



As medidas do Governo, nomeadamente mantendo o IVA (taxa máxima) em 19 por cento continuam a castigar os consumidores, contribuindo para o recuo da procura interna e para criar um clima de depressão económica..

1. O Orçamento de Estado para 2003 corresponde a um percurso de agravamento da situação económica e à abertura de um caminho para a recessão.

As medidas do Governo, nomeadamente mantendo o IVA (taxa máxima) em 19 por cento continuam a castigar os consumidores, contribuindo para o recuo da procura interna e para criar um clima de depressão económica..

2. No projecto da ponte sobre o Tejo (3ª travessia), o comportamento da maioria parlamentar foi execrável. Inscreveram um projecto de um milhão de euros no PIDDAC e fizeram desaparecer essas verbas distribuídas em valores insignificantes, por numerosos projectos de obras públicas os quais, na sua grande maioria, não têm condições para avançar com verbas tão limitadas. Ou seja, reduziram a zero a verba atribuída ao projecto da ponte sobre o Tejo, alguns dias depois de o ministro Valente de Oliveira ter explicado o que ia fazer em reunião conjunta de duas Comissões Parlamentares. (a de "Economia e Finanças" e a de "Direitos, Liberdades e Garantias").

3. O Governo apresenta uma proposta integrada no Orçamento, alterando as regras de aposentação dos funcionários públicos, sem qualquer consulta às estruturas sindicais. O PS propôs a sua revogação, até porque não haveria qualquer melhoria no funcionamento da Administração Pública com a eventual aprovação destas propostas e por não ser justo, em fim de carreira, alterar as perspectivas de aposentação dos trabalhadores da função pública.

4. A gigantesca manobra de desorçamentação conduzida pelo ministro da Saúde, através da forma como são criadas as sociedades de capitais públicos merece uma cuidada análise. O ministro não consegue reduzir as despesas da Saúde, mas faz um esforço brutal para as abrir ao sector empresarial, eventualmente a caminho da privatização. Mas para isso, propõe o Governo no Orçamento uma gigantesca transferência financeira para as novas empresas de saúde, nomeadamente hospitais públicos transformados em sociedades de capitais públicos, sem reduzir o ritmo de crescimento das despesas normais do Serviço Nacional de Saúde.

5. A questão do défice é uma das mais relevantes neste processo. O Governo manipula os

UM MAU ORÇAMENTO DE ESTADO

dados, exagerou nas críticas às contas de 2001, aceitando critérios que não vigoram na maior parte dos países do euro. E questionado na Assembleia da República sobre a homogeneidade de critérios entre os vários países da União Europeia e nomeadamente na zona euro, a Ministra das Finanças concordou que eles não eram homogêneos ou seja, o Governo de Portugal aceitou a aplicação ao nosso país de critérios mais severos que os seguidos pelos grandes estados da zona euro.

Em Espanha, o conceituado jornal "El País" publicou recentemente na sua rubrica de economia um texto em que refere o défice real espanhol entre 2,6 por cento e 3,6 por cento do Produto Interno Bruto, com critérios de certa forma similares aos aplicados às contas portuguesas de 2001.

6. A venda de património tem corrido mal. No debate do Orçamento Rectificativo, em Maio último, a ministra das Finanças afirmou que eram "fantasias" algumas das questões levantadas pelos deputados socialistas, e não esclareceu o que faria quanto à eventual venda da rede fixa de telecomunicações, nem sequer se aceleraria (ou como organizara esse processo) as vendas de património edificado.



JOEL HASSE FERREIRA



A SEMANA PREVISTA

O XIII Congresso Nacional do Partido Socialista terá lugar ao longo do próximo fim-de-semana. Duas moções globais, uma proposta de actualização declaração de princípios, seis projectos de alterações de estatutos e 15 moções sectoriais são os documentos-base para a discussão que se irá travar no Coliseu dos Recreios de Lisboa.

Amanhã terá lugar na Assembleia da República a votação final global do Orçamento de Estado e das Grandes Opções do Plano para 2003.

No âmbito das actividades do Gabinete de Estudos do PS, realizam-se durante a próxima semana um conjunto de reuniões sectoriais. Estão previstas reuniões nas áreas da Imigração, Defesa, Administração Pública e Formação Profissional.

Convocada pelas duas centrais sindicais, os trabalhadores da Função Pública levam hoje a cabo uma greve geral de protesto contra a política laboral do Governo de direita.

Termina no próximo sábado o 5º curso livre de História Contemporânea sobre "Crise e reforma da democracia", organizado pela Fundação Mário Soares.

Jorge Sampaio desloca-se à República Dominicana a fim de participar nos próximos dias 15 e 16 na XII Cimeira Ibero-Americana.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

SEDE NACIONAL P.S.
Largo do Rato, 2
1269-143 Lisboa
Tel 21 382 2000

COLISEU DOS RECREIOS
Informações Tel. 21 324 05 90

REDE EXPRESSOS
Reservas - Tel. 707 223 344

CP
Informações Tel. 808 208 208

TÁXIS
Autocoop. 21 793 27 56
Rádiotáxis - 21 811 9000
Teletáxis - 21 811 1100

AEROPORTO LISBOA
Informações - 218 413 700

VISA - CARTÕES PERDIDOS
Tel. 218 409 042
Nº Verde 808 201 251

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal Nº 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

**O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados**